

FHC, Discurso

ÍNTegra

TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1996

“As políticas sociais têm de mudar de ênfase”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião sobre ação social no Palácio do Planalto:

“Eu queria aproveitar a oportunidade deste encontro, para nós fazermos um balanço sobre a ação social do governo e sobre a parceria do governo com a sociedade na área social, para que nós possamos discutir o caminho que vem sendo trilhado, e o que pode ser feito.

Obviamente, aqui é um encontro no qual nós temos pessoas que participam de diferentes conselhos do governo, dos vários conselhos sociais que existem no governo e, no caso específico, do Conselho da Comunidade Solidária. E eu queria aproveitar para lhes dizer que as informações que lhes vou prestar e as diretrizes que vão ser apresentadas constituem a ação do governo, num espaço amplo da administração pública. Não se trata apenas de um setor, por exemplo, do Conselho da Comunidade Solidária, ou o que acontece no Ministério da Educação, mas em conjunto.

E, como é de praxe neste governo, essas diretrizes e essas proposições não são fechadas, ou seja, elas não têm o propósito de dizer: ‘Eis aqui o que nós estamos fazendo e o que nós vamos continuar fazendo, porque o que está feito está bem feito.’ Não é isso. É para mostrar, em primeiro lugar, o que estamos fazendo e o porquê de o estarmos fazendo. E, em segundo lugar, para que os conselhos possam, efetivamente, participar da elaboração e do aprimoramento das práticas que vêm sendo executadas pelo governo. Não teria sentido existirem conselhos, se esses conselhos não tivessem a capacidade de agir. Alguns deles são completamente autônomos do governo, enquanto administração, mas não teria sentido a existência desses conselhos, se eles não pudessem influir sobre as decisões, embora, naturalmente, as responsabilidades de decisão sejam sempre do Executivo e, especificamente, no caso de quem fala, na medida em que existe uma delegação para a autoridade, através do voto popular.

Mas o nosso mecanismo de funcionamento é um mecanismo que supõe esse relacionamento, bastante aberto. E eu queria aproveitar, também, o ensejo de estarmos juntos aqui, esta tarde, para agradecer a cooperação que nós temos recebido, sobretudo no caso específico do conselho que hoje está reunido, que é o do Conselho da Comunidade Solidária, que se transformou, talvez até mais do que numa instância de mobilização da sociedade, num fórum, para formular projetos, criticar. E assim mesmo deve ser, e eu tenho a convicção de que os demais conselhos têm, também, esta mesma capacidade, que é o que mais desejamos, e que se expanda e se mantenha.

Eu acho que é preciso deixar bem claro que, uma vez que nós já conseguimos — e isso é mérito do País — o fortalecimento e a regularização dos mecanismos democráticos no Brasil, nós temos uma sociedade, hoje, até mais do que simplesmente umas instituições políticas e democráticas, uma sociedade democrática, e que nós estamos em caminho firme, para alcançarmos a estabilização da economia, nós temos de mostrar que é necessário, claramente, tomar como algo central nas nossas preocupações, a promoção da reforma social no nosso país.

Nós temos falado, com muita insistência, eu falei desde que fui senador, ministro do Exterior, ministro da Fazenda, e agora presidente da República, em campanha, e fora de campanha, eu tenho insistido muito no tema das reformas. E os que me escutam no discurso de posse, ou em alguns dos discursos que fiz, no início do governo, não de se recordar que eu disse que não se tratava, pura e simplesmente, de fazer uma reforma, ou um ato que simbolizasse uma transformação, mas que o Brasil requer que a atividade do conjunto do governo, em franca interação com a sociedade, se transformasse numa atividade de reformas contínuas, e que eu teria empenho em acelerar processos de transformação, até o último dia do meu governo.

De modo que eu acredito que estamos nesse caminho. E se de algo se pode, eventualmente até, recla-

mar, especialmente os líderes do Congresso que aqui estão, não é do fato de nós não estarmos modificando e do Congresso não estar apoiando modificações. Pelo contrário, tem apoiado. E, quem sabe, do fato de nós estarmos demandando demais, propondo muitas transformações, às vezes até simultaneamente, por esse afã, que não é meu, que é do País, dele se colocar em compasso com as expectativas da população, e com os desafios do mundo contemporâneo.

Pois bem, se a democracia está assegurada, se nós estamos caminhando no sentido da estabilização econômica, é fundamental que agora o tema da reforma social sejam um tema central, na estratégia de ação do governo. Sem isso nós não vamos, evidentemente, fazer com que a sociedade alcance aquilo que deve ser o objetivo — e se eu pudesse me inspirar nos clássicos — da felicidade.

A boa administração, a boa condução de governo deve buscar a felicidade. Isso eram os termos clássicos. Hoje essa palavra pode soar um pouco subjetiva mas, na verdade, é o bem-estar. Trata-se, portanto, de promover condições, não só da democracia formal, mas de acesso às possibilidades do exercício das potencialidades de cada ser humano dentro de um quadro de democracia.

Então essa questão é, realmente, uma questão do ponto de vista estratégico das ações de governo, uma questão central, embora possa, muitas vezes, não aparecer assim.

Entretanto, nós devemos fazer, com essa questão social, com a questão das reformas e as transformações nas ações sociais, o mesmo que nós fizemos na área da economia.

Ou seja, na área da economia o Brasil chegou a um ponto que ele não agüentava mais. Eu tenho repetido à sociedade que a estabilização da nossa moeda, que o Real foi simplesmente um desejo profundo do País. O País tinha cansado da inflação e da desordem e percebeu o quanto essa inflação e essa desordem haviam minado as possibilidades da realização nacional, pessoal, do progresso global e do progresso de cada um, e que era preciso ir às causas que levavam à inflação.

E se algum êxito nós podemos ter tido e estamos tendo nesta matéria, foi porque nós nunca ficamos paralisados por ações demagógicas. Nós nunca tentamos — e quantas vezes eu fui instado a resolver a questão dos preços prendendo dono de supermercado. Naquela época, todas as pessoas que tinham, até sinceramente, vontade de parar com a inflação, achavam: ‘Se fizer um ato exemplar, prende um que dá certo.’ Não dá certo nada. Simplesmente é uma espécie de vingança coletiva que recai sobre a cabeça de alguém, embora alguns merecessem ir para a cadeia, por outras razões, por vários abusos. Mas seguramente isso não teria como consequência parar a inflação.

Nós fomos às causas do processo inflacionário, e levou muito tempo para que essas causas pudessem ficar visíveis à população. Eu acredito que hoje nós estamos dando uma demonstração tranquila de que foi possível, por esse mecanismo, combater a inflação.

Aqueles que disseram, e tantas vezes disseram, que o Plano Real era eleitoreiro, que o Plano Real não duraria muito, que era uma questão de três, quatro meses, que na verdade era a mesma mímica de sempre. Pois bem, hoje é difícil dizer que uma mímica que dura dois anos é mímica. Ou que tanto tempo depois das eleições o empenho tão profundo, tão forte, de todos nós, no sentido de mantermos a estabilidade da moeda, tenha sentido eleitoreiro, porque não tem. Ele tem um sentido profundamente social, até, eu diria, de convencimento de que a inflação destrói as possibilidades de nós avançarmos nos demais setores da sociedade.

Então, aqui, também, nós temos de enfrentar, no caso da questão social, as causas efetivas, e não simplesmente fazermos brilhantes, lampejos de que estamos tendo um belo gesto. O País cansou de belos gestos apenas, que não têm consequência em seguida. Nós temos que, realmente, alterar profundamente as condições que reproduzem a miséria e a exclusão social.

Ou nós realmente enfrentamos essa questão com clareza, com tranquilidade, mas com muita firmeza, ou nós vamos simplesmente enganar a população. Quem aqui vos fala, e eu tenho certeza de que todos que aqui me ouvem e o País cansaram de enganação. Nós não vamos fazer isso.

As causas são muito grandes, são profundas. Também não é o caso, aqui, de eu estar fazendo um diagnóstico já estamos cansados. Temos diagnósticos sobre quase tudo no País.

Evidentemente é possível, até, mostrar que há fatores até mesmo culturais que têm origem em uma estrutura social antiquada e antiga, desde a escravidão. Quem vos fala hoje escreveu alguns trabalhos sobre a escravidão, conhece de perto o problema e o que significou isso (...) da mentalidade da elite brasileira.

Nós temos uma cultura que aceitou conviver com a violência, a mais cruel, e que aceitou, inclusive, manter-se impávida com ideais libertários, democráticos, em uma estrutura social absolutamente injusta e enraizada no processo da exploração é a mais brutal — pior do que isso não pode haver — é a escravidão, que leva à indiferença. Não é só a desigualdade. A escravidão gera a indiferença diante da desigualdade.

Já era famosa a formulação de que o escravo não era um ser humano; era um instrumento vocalis — um instrumento que falava. Se ele é um instrumento que fala, ele não é um ser humano, então, como se obnubilava, como se fecha a consciência da sociedade à compreensão efetiva da tragédia que era a escravidão.

E isso permaneceu, não só como background cultural, como alguma coisa que ficou motivando os sentimentos e os não-convencimentos, uma espécie de leniência, de aceitação da injustiça que não aparece nas palavras mas no cotidiano permaneceu muito vivo, como também levou a que, quando foi a abolição da escravatura, a primeira grande massa de excluídos continuasse excluída, porque antes, na verdade, não eram excluídos, eram incluídos em forma perversa, mas era um sustentável da economia. Depois da abolição deixaram de ser sustentável da economia e passaram a ser excluídos da sociedade e não tiveram uma integração — não vou, também, fazer aqui sociologia do desenvolvimento da sociedade brasileira — mas passaram a ser uma grande massa de marginais, de excluídos. A grande massa inicial de excluídos foi essa. E, dramaticamente, vieram a ser substituídos por aqueles que tinham sido excluídos da Europa.

A Europa expulsou cerca de 60 milhões de pessoas quando a pobreza, por causa da modernização lá, também no outro século, bateu no campo duramente. Eles expulsaram, migraram 60 milhões de pessoas que vieram tentar as Américas e ocuparam o lugares, na forma produtiva direta, dos escravos que passaram a ser excluídos.

É claro que isso pesa como explicação dessa situação que nós temos. Mas há mais do que isso. É que nós tivemos um processo de desenvolvimento econômico que criou uma espécie de relação perversa nos planos econômicos entre a ação econômica e a ação política.

Tudo parecia ser pensado no Brasil da seguinte maneira: cabe à política social corrigir os desmandos da política econômica. A política econômica é o eixo, tudo se faz para acumular, crescer, investir, transformar. Esse processo leva a um certo desgaste, tem de ser compensado pelas políticas sociais.

Essa era a visão absolutamente normal, e com várias expressões. Primeiro, cresce o bolo, depois distribui, de má memória. Ainda bem que os que faziam bolo naquela época hoje querem ser comedores de bolo, mas de outra maneira. Já não mantêm mais essa visão de que primeiro faz o bolo, depois distribui, porque no fundo era isso. Primeiro cresce a economia, depois se cuida, para corrigir o que era incorrigível na proporção gerada por uma política social perversa.

Pois bem. Eu acho que é fundamental, agora, que nós mudemos isso. O que aconteceu com essa política social é que, sobre uma base de herança escravocata, o que aconteceu foi que houve a acumulação de novos fatores de desagregação, de novos fatores de perversão no que diz respeito aos aspectos sociais. E quando

houve aceleração do processo inflacionário, se agravou enormemente a concentração de renda.

E se a concentração de renda no passado estava baseada na terra, porque a escravidão era terra, propriedade concentrada, propriedade sobre o trabalhador, como se fosse instrumento, mais tarde essa concentração teve outro aspecto e, mais recentemente, com a aceleração inflacionária foi a concentração financeira.

Chegamos a uma distorção de tal natureza que nós tivemos 13% do produto brasileiro, de renda nacional, era apropriado pelo sistema financeiro.

Esse percentual baixou para quase 14%. É 13,9%. Esse percentual baixou, hoje, para 8%, com a estabilização. Por que? Porque, na verdade nós passamos a conceber a política de estabilização de maneira diferente.

E aqui eu venho ao ponto. Não se trata hoje, de pensar, quando eu disse aqui que nós temos que colocar no centro a reforma social, nós não podemos pensar com as categorias do passado, que imaginariam da seguinte maneira: a economia vai para um lado e ninguém olha para ela, mas ela continua aí, e continua causando desastres. E nós nos concentramos em corrigir esses desastres na ação social. Isso não vai dar certo, isso não funciona, porque sempre haverá uma proporção crescente de deserdados em face do tipo, do modelo de desenvolvimento econômico proposto.

Aqui nós vamos propondo uma coisa diferente. Eu vou ao plano de estabilização que nós propusemos. Nós nunca aceitamos que fosse possível fazer a estabilização às custas de um acrescentamento das mazelas sociais.

Daqui a pouco, daremos os danos a esse respeito, mas é que é preciso entender que nosso objetivo foi de fazer uma estabilização que nela própria contivesse mecanismos que levassem à distribuição de renda e que essa renda fosse apropriada pelos que nunca tiveram acesso a ela. Que a renda que era apropriada pelo sistema financeiro e pelos governos, que era a grande renda inflacionária, que ela passasse, fosse transferida a outras mãos.

Mas a concepção aqui, ou se muda essa concepção ou se mantém a idéia velha de que é preciso pensar a economia separada do social, e essa idéia velha leva a um esgotamento das possibilidades de transformação das sociedades.

Mas não é só isso não. Nós, além disso, para explicar como chegamos a esse quadro de desigualdades crescentes no Brasil, temos de entender, também, que nós realmente manejamos mal as nossas políticas sociais.

Não vou repetir o que todo mundo já sabe, mas basta olhar o que está acontecendo nas pesquisas feitas, por exemplo, pelo Banco Mundial, que é mais que conhecido, para ver que nós não utilizamos os mecanismos de política social, que são sempre necessários, porque evidentemente o que eu disse há pouco nós não temos de conter, no cerne mesmo, do modelo de desenvolvimento econômico, medidas que levem ao desenvolvimento social, isso não significa que elas substituíam as políticas sociais. Não! Nós temos de ter políticas sociais específicas.

E nós, ao manejarmos as nossas políticas sociais muito freqüentemente, nós as manejamos de modo a reproduzir o padrão de desigualdade e de injustiças.

Eu creio que se nós pudessemos olhar, agora, um gráfico a respeito dos gastos sociais em alguns países para comparar e para verificar o que acontece neste gráfico — está aparecendo no telão em algum lugar? Este gráfico mostra o seguinte: ele pega alguns países selecionados com base no PIB de 1992 e, nesse gráfico, vê-se o seguinte: pode perceber que o Brasil está aí próximo da Malásia, tem a renda per capita e o gasto social.

E vamos ver aqui: com a renda per capita equivalente à nossa, o Chile já tem um gasto social maior. Entretanto, em conjunto, o gasto social do Brasil, comparado com Cingapura, Coreia, México, Malásia, Chile, Tailândia e Colômbia é elevado. Reparem que o gasto social está aí, na colônia azul, em azul. A renda

per capita, no vermelho. Ele é elevado.

Agora, se olharem, entretanto, o próximo gráfico, que eu peço que apresentem aí, vão ver o seguinte: que, no Chile, os 20% mais pobres recebem desse gasto social 36,3%; e no Brasil, 15,5%. Agora, olhem os mais ricos. Os 20% mais ricos — está na última linha —, no Chile, recebem 4%; no Brasil, 20,9%.

Então, não basta perguntar se está gastando muito ou pouco, que é a pergunta que sempre me fazem. Sempre me fazem a mesma pergunta: aumentar o gasto? Eu digo: não adianta. Repara bem, no quadro anterior, que o gasto social é elevado porque ele é mal distribuído. As políticas não são eficientes para chegar, para atender aquelas camadas, que são as camadas que mais necessitam. Então, nós podemos ter, no gasto social, se nós não mudarmos a nossa mentalidade, a reprodução da desigualdade. E, ao aumentar o gasto, ao invés de diminuir as diferenças, vamos mantê-las, quando não ampliá-las.

Portanto, as políticas sociais têm de mudar de ênfase. E, em isso, eu não estou querendo dizer que não se deva analisar quanto se gasta em cada item, nem olhar no Orçamento, de forma adequada, o que isto vai significar, mas significa que essa pergunta, em si mesma, não tem sentido, se ela não estiver inserida na outra questão de como é que se gasta. Gasta-se bem ou gasta-se mal? A quem se atende com esse gasto? Aos que mais necessitam ou aos que menos necessitam?

Pelas razões que eu mencionei, que vêm desde a escravidão, da sociedade assimétrica, pelo fato de que a economia foi pensada como uma economia que não tomava em consideração, dentro do âmbito dela, seus efeitos sobre a questão social, e pelo fato de que o próprio manejo das políticas sociais eram do jeito que ainda está, ou seja, um jeito que acabou por reforçar a desigualdade, o fato que nós criamos aqui bolsões de miséria, que requerem uma ação específica muito forte na questão da saúde, da educação, no saneamento, enfim, uma ação focalizada para permitir que esses setores mais desamparados possam vir a ter uma situação mais favorável, em comparação com o que outros segmentos da população brasileira já conseguiram alcançar.

E quando se disse, tantas vezes — e repito sempre — que o Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto, é por essa razão, é porque os recursos existem, tanto os recursos de renda — a nossa renda per capita subiu suficientemente —, quanto os recursos disponíveis para o gasto público, mas ele se mantém, ainda, dentro de um padrão de injustiça e é esse padrão de injustiça que está sendo mudado.

E, para ser mudado, ele requer uma ação conjunta da sociedade, porque não se trata também da ação do Executivo, só. Não se trata da ação federal, só. É federal, é estadual, é municipal, mas se trata da ação da sociedade, em conjunto, porque, se a sociedade não estiver alerta e atenta, o que vai acontecer? As camadas mais poderosas farão pressão, e farão pressão sobre o Legislativo, sobre o Executivo e, depois, sobre o Judiciário, para dirimirem em seu favor, de tal maneira que se reproduza o mesmo padrão.

Isso não é uma questão de administração. É uma questão política. É uma questão política que exige, aí sim, uma estratégia conjunta, que leve a uma parceria crescente entre os vários segmentos da população e que, pelo menos nessa questão, que é vital para o Brasil, é vital para a democracia, é vital até mesmo para a nossa chance de desenvolvimento futuro, que, pelo menos nessa questão, nós não tenhamos a miopia governo-oposição, a miopia partido tal ou qual, a miopia de quem fez isso ou quem fez aquilo, a miopia de quem brilhou mais que quem. Não dá para nós termos, abrigarmos na nossa prática de hoje motivações menores, porque o desafio é muito grande, e nós temos a consciência de que nós podemos enfrentá-los se nós estivermos juntos, com o mesmo propósito.

Então, passou do limite em que nós podemos ser leniente até conosco. Conosco não é só o presidente, com ele próprio, mas é cada um dos brasileiros, sobretudo os brasileiros que têm noção das coisas e que

sabem que a sua ação, se ela for uma ação convergente, se somar à ação dos outros, pode modificar as questões.

Ora, nós temos, portanto, uma oportunidade grande, hoje, pelas razões que acabei de dizer, desde que haja participação, desde que haja uma indignação, se eu posso dizer assim, que não pode ser retórica, que não pode ser a indignação de acusar o outro. Tem de ser uma indignação movida pela generosidade. E, mais do que pela generosidade, pela consciência de que está na hora, mesmo, não como demagogia, não para ganhar eleição ou voto, não para ganhar prestígio e nem coluna de jornal, nem espaço na televisão, mas para fazer com que aqueles que estão precisando sintam os efeitos de uma ação convergente.

É um grande momento que o Brasil vive hoje. É um grande momento porque nós podemos fazer essas transformações, há condições para que nós mantermos esse espírito. É claro que, a partir do que eu disse aqui, o que nós podemos chamar com essa estratégia, com essa visão global, nós podemos dizer que nós temos uma política social que tem de ser abrangente. É abrangente, aqui, quer dizer o seguinte, basicamente quer dizer, primeiro, que, no pensar o econômico, e tem de pensar o econômico, imediatamente, como alguma coisa que tem efeito social e não como alguma coisa que seja qual venha a ser o seu efeito, depois nós corrigimos pelas políticas sociais. Não! Nós não temos, também, portanto, de articular muito melhor os programas sociais e o plano econômico, não de estabilização com o de crescimento, porque seu crescimento também não haverá solução para nenhum desses problemas.

Mas se o que eu disse é verdadeiro, se há uma tendência inerente às estruturas preexistentes a uma desigualdade, a uma simetria, a nossa responsabilidade fundamental é definir políticas sociais que, além de eficiência, elas tenham um caráter universal. Isso pode parecer banal dizer. Na verdade, é fundamento mesmo da democracia: a igualdade, mecanismos universais de educação é a mesma, para todos a saúde é a mesma, para todos. Essa característica, da universalidade, é fundamental, para que nós quebreemos as assimetrias. Porque, na situação assimétrica tradicional, nós não é a mesma para todos. Mesmo que o serviço público se faça presente, em certas áreas, a utilização dele será uma utilização desigual, e será uma utilização sem benefício daqueles que já têm condições de decisão, que já têm poder e que já têm recursos.

Essa questão de ser universal é a verdadeira questão da cidadania. Cidadania quer dizer isso, não quer dizer outra coisa, quer dizer a igualdade de direitos de oportunidades. E, atualmente, a consciência disso é luta para estabelecer esses mecanismos. Então, nós temos de pensar a economia junto com o social, nós temos de pensar que as políticas sociais têm de ter esse caráter universal. E nós não podemos cruzar os braços, uma vez feito o diagnóstico e todos compartilhado, diante dos bolsões de miséria e de pobreza, os quais precisam ter uma política focalizada.

Se o governo tomasse como política sua apenas aquilo que é a pobreza consolidada, digamos, o que a Comunidade Solidária cuida, não resolveria a questão. Porque os problemas universais não são atendidos pelos programas da Comunidade Solidária. O Comunidade Solidária não é universal. É, ao contrário, corretivo do passado que não foi unificador, que criou desigualdades. Então, o Comunidade Solidária mira, focaliza os problemas cruciais, dos bolsões de miséria e de pobreza, onde faltou, no passado, a universalização.

Mas se o governo só fizer isso, ele reproduzirá, no futuro, uma situação errada, porque ele não terá atuado nos programas que são aqueles que atingem o conjunto da sociedade: educação, saúde, saneamento, habitação, e por aí vai. Pensar cada um desses programas isoladamente é equivocado. Pensar a economia sozinha, pensar o social sozinho, pensar a pobreza sozinha é equivocado. Nossa visão estratégica tem de ser não só de participação, de valorização, de valorização desses aspectos todos, porque senão nós não resolvemos